



1290000318



FE

Lilian Cristina das Neves. RA: 950999

TCC/UNICAMP N414p

**Projeto “Escola Convido”:
A Escola na luta contra a Violência Doméstica**

1290000318

UNICAMP
2003

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

UNIDADE:	FE
Nº CHAMADA:	TCC - UNICAMP
	N414p
V.:	
TOM:	318
PROG.:	124/2003
C.:	D: X
PREÇO:	11,00
DATA:	05.11.03
Nº CPD:	P2b-3081A2

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

N414p
Neves, Lilian Cristina das.
Projeto "Escola convidado" : a escola na luta contra a violência doméstica/
Lilian Cristina da Neves. -- Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientador : Roberto Heloani.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Violência familiar. 2. Saúde. 3. Educação para a prevenção. 4.
Intervenção no comportamento. 5. Menores – Estatuto legal, leis, etc. 1.
Heloani, Roberto. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

02-0110-BFE

Lilian Cristina das Neves. RA: 950999

**Projeto “Escola Convido”:
A Escola na luta contra a Violência Doméstica**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como exigência
parcial do curso de Pedagogia
da Universidade Estadual de
Campinas, sob a Orientação
do Prof. Dr. Roberto Heloani.

UNICAMP
2003

Dedico este trabalho a todas as crianças vítimas de violência. Às crianças espancadas, humilhadas, ridicularizadas, e que ingenuamente aprendem a não se amarem. Dedico também aos adultos frustrados, que tiveram a infância roubada, maculada, quebrada. Dedico à sociedade omissa e impiedosa, que não zela e protege aquilo que tem de melhor. E finalmente, dedico este trabalho (e tudo o que ele representa) especialmente à pequena “pasta chuta”.

Agradeço especialmente aos meus pais, que sempre me apoiaram e lutaram incansavelmente para que eu pudesse chegar aos bancos universitários (muitas vezes sacrificando a própria juventude). Obrigada aos colegas, amigos e professores que de alguma forma me acompanharam durante a vida escolar e acadêmica; e particularmente ao Prof. Dr. Roberto Heloani, que gentilmente me orientou durante este trabalho. Agradeço também a todos aqueles que procuraram me incentivar nos momentos mais difíceis e que não me deixaram desistir.

Parte I - Projeto de Intervenção em Educação e Saúde

I) Considerações Gerais.....	01
II) Justificativa.....	02
III) Objetivos.....	02
IV) Metodologia.....	03
V) Cronograma das atividades.....	03

Parte II - Projeto Escola Convido

I) Introdução.....	01
II) Violência doméstica contra crianças e adolescentes.....	02
III) Teorias explicativas.....	03
IV) Tipos de violência doméstica.....	03
V) Como agir perante a suspeita?.....	05
VI) O papel da escola na tarefa de prevenção.....	05
VII) Sinais de maltratos.....	06
VIII) Planejamento da Oficina.....	10
IX) Sobre os preparativos.....	12
X) É dia de Oficina.....	12
XI) Análise do material.....	13
XII) Conclusão.....	14
XIII) Bibliografia.....	16

Projeto de Pesquisa e Intervenção em Educação e Saúde

“Eca e Escola: Uma parceria em prol da Saúde
da criança e do Adolescente”

I - Considerações Gerais

Este projeto visa auxiliar os professores das instituições educacionais, quanto ao uso correto do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em face ao crescente aumento da violência que atinge crianças e jovens no interior de seus próprios lares. Pretende sensibilizá-los mediante reflexões e vivências em relação à temática proposta. Além disso, estimulá-los enquanto sujeitos ativos no processo contra os maus tratos nesta faixa etária.

A questão da violência ganha destaque na mídia, e preocupa profissionais, estudiosos, pesquisadores, enfim, a sociedade em geral. Contudo, o aspecto destacado refere-se principalmente à ação agressiva do jovem contra a sociedade (muitas vezes manifestada na própria escola com ações de vandalismo, ameaças com armas etc...). Em contrapartida, a violência social contra as crianças e adolescentes raramente é mencionada com ênfase semelhante. Deste modo, apesar dos direitos garantidos pelo ECA¹, muitos continuam a sofrer a violação das condições básicas para o bom desenvolvimento, apesar do respaldo legal que o estatuto lhes confere.

Considerando a Escola, a instituição social legitimada para lidar diretamente com esta faixa etária, é preocupante o fato de que muitos educadores (incluindo professores, diretores, orientadores etc...) não tenham um conhecimento profundo sobre este documento. Tal fato tende a “impedir” que a escola atue, enquanto agente multiplicador e intervenha socialmente (através dos próprios alunos, pais, comunidade etc...), e em prol e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, deixando de cumprir um importante papel social de zelar por eles e protegê-los.

Visando sanar esta lacuna, interessei-me pela temática e pretendo

¹ ART. 5º “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos”.

proponho um trabalho que considero da maior importância para aqueles que realmente sentem-se comprometidos com a prática profissional atrelada ao papel social. Não se trata de um trabalho meramente de observação e coleta de dados. O objetivo é utilizar a Escola como desencadeante e, se possível, como parceira efetiva no sentido de estar ao lado dos jovens em busca de seus direitos (já garantido legalmente no papel). Para tal, espero contar com o apoio desta Universidade para colocar o projeto em prática, recebendo as orientações e supervisões necessárias.

II - Justificativa

Trabalho em um Centro de Saúde, local em que sou “referência” para o atendimento de crianças e adolescentes pela equipe de Saúde Mental. Consequentemente, lido diariamente com situações de agressividade contra crianças e adolescentes, tanto nos aspectos físicos, quanto psicológicos. A partir da minha prática profissional, senti necessidade de refletir sobre as formas de atuação que ultrapassam o espaço clínico, expandindo minha experiência para contextos mais amplos. Considerando que a população referida praticamente em sua totalidade frequenta as escolas, pensei em desenvolver um projeto em parceria com esta instituição. Deste modo, meu campo de atuação não mais se restringe aos usuários do Centro de Saúde. O objetivo principal é propor formas de ação, num processo contínuo de agentes multiplicadores para lidar com esta temática. Neste contexto, todos passam a ser sujeitos: crianças, jovens, pais, professores etc... (uma vez que além do acesso às informações sobre o ECA, também receberão orientação sobre como proceder nos casos de suspeita de violência doméstica). Além disso, a tendência é haver maior participação e envolvimento de todos, mediante fóruns e debates que enfoquem este assunto.

Acredito que dada a magnitude e as implicações subjacentes ao tema, os esforços para lidar com o problema devem ocorrer envolvendo a coletividade. Baseando-me nisso, pensei em propor uma parceria entre Educação e Saúde. O interesse e a responsabilidade por se ouvirem denúncias de “maus tratos e violência contra crianças e adolescentes” deve ser de ambas as partes.

III - Objetivos:

- ⇒ Promover o levantamento entre os professores, diretores e outros educadores sobre seu respectivo conhecimento acerca do ECA.
- ⇒ Criar espaços de reflexão para sanar possíveis lacunas observadas no levantamento anterior, e para a ampliação do tema.
- ⇒ Orientar, treinar e capacitar os educadores para que possam intervir adequadamente nos casos de suspeita de violência doméstica contra crianças e adolescentes (enfocando principalmente o caráter preventivo em sua prática pedagógica).
- ⇒ Orientar sobre como “identificar” a vítima e com ela lidar.
- ⇒ Esclarecer sobre os equipamentos existentes na Rede Municipal, que atendem este tipo de população (viabilizando a “comunicação” e o “acesso” a eles).

- ⇒ Organizar palestra com profissionais que lidam com esta temática.
- ⇒ Sensibilizar a comunidade frente ao tema, utilizando a escola como mediadora.

IV - Metodologia

O projeto será oferecido para as Escolas Municipais e/ou Estaduais de educação infantil, ensino fundamental e médio da região noroeste da cidade de Campinas.

Através de Oficinas, discutiremos e desenvolveremos o projeto com os educadores das escolas participantes. Logo, vamos lidar de forma direta com estes educadores e esperamos atingir de forma indireta os alunos, seus pais e a comunidade de um modo geral.

V - Cronograma das atividades

1º Semestre/2002	1º Semestre/2003
a) Pesquisa Bibliográfica	a) Elaboração da metodologia de intervenção.
b) Desenvolvimento do Tema	b) Contato com as escolas para o convite e realização da Oficina.
c) Elaboração do questionário	c) Avaliação do projeto e conclusão do trabalho.

PROJETO ESCOLA CONVIDO:

**“A ESCOLA ATUANDO CONTRA
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA”**

“Alguns dados históricos para reflexão....”

Durante séculos as crianças foram consideradas seres de menor importância. O abandono, a negligência, o sacrifício e até o filicídio eram aceitos nas sociedades como fatos normais. Durante o século XVIII, na França, 25% das crianças morriam em função dos fatores mencionados acima. Note que neste período, as crianças raramente eram amamentadas ao seio materno. Aproximadamente 2/3 morriam junto às amas de leite (contratadas pelas famílias), sobrevivendo em média apenas até os quatro anos. Nos asilos parisienses, mais de 84% das crianças abandonadas morriam antes de atingirem 1 ano de idade. No século XIX, nos asilos havia a roda dos expostos, local em que freqüentemente as mães abandonavam seus filhos. No Brasil, há uma peça dessas em exposição no Abrigo Romão Duarte localizado na cidade do Rio de Janeiro. Em síntese, tanto na Europa quanto na América, o abandono de crianças era um fato aceito socialmente.

Nos fins do século XVIII a criança passou a ser protegida por interesses econômicos e políticos a partir da Revolução Industrial. Começou a ser valorizada sob a ótica de que deveria sobreviver para se tornar adulto produtivo. É interessante notar que as sociedades protetoras da infância surgiram na Europa entre 1865 e 1870, sendo mais recentes do que a Sociedade Protetora dos Animais.

Segundo Elisabeth Badinter², os médicos passaram a tratar as crianças após 1872, ano em que surgiu o conceito de pediatria. Anterior a este período, eles acreditavam que isto era tarefa das mulheres (mães e amas, pois não existiam médicas). Sintetizando, apesar de ainda não ser respeitada em sua individualidade, a criança começou a ser protegida de alguma forma há pouco mais de cem anos.

O início do século XX representa um marco importante nestas questões, principalmente graças ao trabalho de Freud. A partir desta época a criança passa a ser compreendida em termos de seu desenvolvimento psicológico. Contudo, o pensamento agostiniano sempre exerceu, e em alguns casos ainda exerce, forte influência no pensamento dos pais e “educadores”. Santo Agostinho justificava todas as ameaças, varas e palmatórias. O castigo físico era considerado um método pedagógico, secularmente pregado até por filósofos (como o citado anteriormente). Segundo suas palavras: “Como retificamos a árvore nova com uma estaca que opõe sua força à força contrária da planta, a compaixão e a bondade humanas são apenas o resultado de uma oposição de forças, isto é, de um violência”³.

Por que pais maltratam filhos? Estudos sugerem que um dos fatores diz respeito ao “hábito” (culturalmente aceito há séculos). É comum pais afirmarem que apanharam de seus pais e são felizes. O maltrato, em qualquer forma, é um abuso de poder do mais forte contra o mais fraco. A criança é frágil, em desenvolvimento, e totalmente dependente física e afetivamente de seus pais.

“Qual é o papel do educador neste contexto? Reproduzir ou transformar? Cada indivíduo possui livre arbítrio para decidir, e dependendo da decisão ainda há muito por ser feito...”

² In: KAPLAN, H.I. et al. *Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. cap.29, p.738-746: Problemas relacionados a abuso ou negligência.

³ CELIA, S.A.H. et al. *A criança maltratada e negligenciada*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, p. 23.

LEI Nº 10216 DE 16 DE ABRIL DE 2001

Esta é uma lei que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. É uma lei muito importante, pois pretende redirecionar o modelo assistencial em saúde mental.

“Saúde mental” é um termo muito amplo, e que denota especificações de características distintas. Não é objetivo deste trabalho abarcar todo o corpo teórico ao termo subjacente. Contudo, pretendemos enfatizar a saúde mental no que se refere às crianças e adolescentes tal qual preconizada pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Segundo a sanção do Presidente da República, decretada pelo Congresso Nacional:

Art. 1º - Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

Refletindo sobre crianças e adolescentes, podemos considerar “transtorno mental”, o estado em que há acentuada presença de sofrimento psicológico, dificultando o desenvolvimento. Note que este sofrimento pode causar sintomas direcionados ao meio social (“transtornos de conduta”), ao corpo (psicossomatizações) ou à mente do próprio sujeito (“transtornos mentais”). Independentemente da esfera em que se manifeste o sintoma, é fundamental compreendermos e interferirmos nas causas. Além disso, outro importante papel social, refere-se à prevenção. Muitas vezes, podemos utilizar diversos recursos para impedir que a violência se instale no lar da família de nossas crianças. Vale ressaltar que a violência pode ter alvos específicos dentro de uma família, mas a patologia que representa se estende a todos os seus membros. Conseqüentemente, o Art 2º da lei anteriormente mencionada postula literalmente que:

“Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

- I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;
- II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;
- III - ser protegida contra qualquer forma de abuso ou exploração;
- IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas; (...)”¹

De acordo com art. 3º, é responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família.

Considerando a atual situação da criança e do adolescente em nosso município, torna-se cada vez mais inviável fragmentar as formas de atenção prestadas. Conseqüentemente, Saúde e Educação são áreas que devem se unir para promover formas da ação e intervenção mais efetivas no combate à violência infantil.

¹ CADERNO - 1ª Conferência Municipal de Saúde Mental (pág. 23)

“Art.15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”.¹



¹ Estatuto da Criança e do Adolescente. Ministério da Saúde. Brasília, 1991, pág. 17.

D) Introdução

A denominação “crianças vitimizadas” ou “crianças de alto risco” diz respeito às crianças vítimas da violência estrutural da nossa sociedade, marcadas pela dominação de classes e por profundas desigualdades na distribuição da riqueza social. São crianças que denominamos “menor”, enquanto categoria designativa em situação irregular, a reclamar, portanto a intervenção e proteção do Estado. A designação alto-risco refere-se ao fato de que tais crianças têm alta probabilidade de sofrer em seu cotidiano, de modo permanente, a *violação de seus direitos humanos mais elementares*: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à segurança, ao lazer, etc... A violação desses direitos objetiva-se mediante o processo de violência estrutural característico do sistema atuante em nossa sociedade, política e economia.

Há inúmeras consequências geradas pela agressão às crianças. A seriedade do dano é um dos aspectos mencionados em termos da conceituação do fenômeno, embora não fique claro quanto sério um dano deva ser para receber uma classificação. Note que alguns autores defendem que uma vítima deve apresentar fratura ou manchas azuis ou negras para se enquadrar no aspecto da severidade. Outros, alegam que bastam apenas manchas vermelhas, decorrentes de um espancamento por exemplo. Isto seria suficiente para o enquadramento em termos de severidade. A complexidade destas classificações estão além da questão semântica. Sabe-se que os pequenos danos de hoje podem se converter em grandes danos no futuro, sendo mais prudente portanto considerarmos “sério” qualquer manifestação de violência independentemente do seu grau de expressão. As consequências para as vítimas podem ser terríveis. É possível que no futuro desenvolvam quadros depressivos; dificuldades de relacionamento; dependência química ou até mesmo psicoses. Há registro de tentativas de suicídio.

O indivíduo que sofre a agressão dos pais, leva a violência para a vida. Tende a repetir o mesmo comportamento com os filhos e nos relacionamentos sociais. A violência infantil não cultiva educação, mas sim traumas irreversíveis que a criança ou adolescente carregará para o resto de sua vida.

Pais autoritários que frequentemente usam a punição (alguns até espancamentos violentos), impondo aos filhos seus próprios pontos de vista favorecem que a criança desenvolva o conformismo e uma personalidade infeliz. As crianças mais saudáveis psicologicamente são aquelas cujos pais adotam práticas consideradas democráticas. Usam explicação e reforço positivo com atitudes seguras. Evitam os castigos físicos e solicitam a participação da criança em decisões familiares que lhe digam respeito. Em síntese, procuram fazer com que os filhos se tornem competentes e independentes (considerando a idade, o sexo, suas habilidades etc...).

Embora seja fácil reconhecer que o ideal é uma atmosfera doméstica democrática, não é fácil chegar a ela. Recentemente nossa cultura “abandonou” o padrão rigidamente patriarcal. Na maioria das vezes, observamos tentativas de se criar essa atmosfera democrática entrando em conflito com os pais que sofreram uma educação autoritária e repressiva. Isto quando pensamos em pais de classe média, com nível educacional elevado, porque na classe baixa predomina a educação autoritária e rígida, voltada mais para o compromisso e menos para o desenvolvimento pessoal e intelectual da criança. Contudo, cabe aqui um importante questionamento: “A Educação é capaz de intervir positivamente neste quadro, ou cabe a ela permanecer como mera expectadora desta triste realidade que se propaga devastadoramente às custas da saúde mental de nossas crianças e adolescentes?”. Esta é a questão chave que procuro responder no decorrer deste trabalho.

II) Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes (VDCA)


É uma violência que permeia todas as classes sociais, como forma de violência de natureza interpessoal. Segundo Azevedo & Guerra também pode ser considerada:

Transgressão do poder disciplinador do adulto, convertendo a diferença de idade adulto X criança/adolescente, numa desigualdade de poder intergeracional;

Negação do valor liberdade, exigindo que a criança ou o adolescente sejam cúmplices do adulto, num pacto de silêncio;

Processo que aprisiona a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, submetendo-os ao poder do adulto, coagindo-os a satisfazer os interesses e as expectativas deste.

Em síntese a VDCA:

<ol style="list-style-type: none"> 1) É uma violência interpessoal; 2) É um processo que pode se prolongar por vários meses e até anos; 3) É um abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis; 4) É um processo de completa objetualização da vítima, reduzindo-a à condição de objeto de tratamento abusivo; 5) É uma forma de violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente enquanto pessoas e, portanto, uma negação de valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade, a segurança... 6) Tem na família sua ecologia privilegiada. Como esta pertence à esfera do privado, a Violência Doméstica acaba se revestindo da tradicional característica de sigilo. 	
--	---

As causas mais comuns de maus tratos são:

- Lares desorganizados;
- Alcoolismo;
- Instabilidade econômica;
- Pai ou mãe trocados por parceiros substitutos;
- Promiscuidade;
- Amontoamento;

III) Teorias Explicativas:

Geralmente ao nos depararmos com questões referentes à violência doméstica, indagamos quais seriam as suas causas. Como explicar a violência que ocorre dentro do próprio lar, entre os membros da mesma família? Embora não exista uma explicação unívoca para o fenômeno, há na literatura basicamente três teorias explicativas sobre este fato: Psicodinâmica; Aprendizagem social e Sócio-Psicológica.

As teorias Psicodinâmicas, pressupõem que o comportamento resulta da interação de forças intrapsíquicas. Tais forças operam em termos de estados ou traços de personalidade, podendo ser medidas por testes psicológicos ou identificadas por julgamento clínico. Note contudo que apenas 10% dos pais agressores apresentam desordens severas de personalidade ou psicoses.

A abordagem da aprendizagem social resgata a idéia fundamental da aprendizagem do comportamento agressivo. Há pesquisas que descrevem o histórico de maus tratos em três gerações de crianças da mesma família. Observou-se que os pais agressores haviam sofrido em sua infância, uma profunda carência afetiva (sensação de não poder contar com a afeição e cuidado desde tenra idade).

Segundo a corrente Sócio-Psicológica há fatores múltiplos que explicam a violência contra criança. Consideram as seguintes categorias ao analisarem a questão: as características sociais dos agressores; as características sociais da vítima; a situação contextual do ato violento. Tais teorias resgatam o papel da criança para o ato agressivo. Há casos em que apresentam problemas de saúde que demandam cuidados intensivos dos pais (retardo motor; retardo mental; mal formação; prematuridade; enurese; encoprese; distúrbios neurológicos etc...). Em outras situações a criança pode apresentar sérios problemas disciplinares, os quais a família tenta resolver mediante a imposição da violência.

Apesar das especificidades e contribuições destas três vertentes, convém salientar que à medida em que a agressão for entendida como um comportamento aprendido e não decorrente dos atos de uma personalidade enferma, há significativas perspectivas de mudança deste comportamento. Isto é fundamental para refletirmos sobre as possibilidades de atuação da Educação no que pode vir a se tornar um sério problema de saúde pública. A violência doméstica cresce em progressão geométrica no país, manifestando-se em várias de suas formas: violência física; violência sexual; violência psicológica ; negligência e violência fatal. A Escola pode atuar no cerne do problema mediante ações preventivas junto aos pais e alunos. Também pode oferecer suporte adequado à vítima e orientar a família nos casos em que a agressão tornou-se fato consumado. Porém, apesar da existência do ECA a parceria entre educação e saúde em prol de objetivos comuns, ainda está no início de desenvolvimento. Este trabalho pretende contribuir para que os vínculos necessários para tal parceria sejam consolidados, objetivando um futuro menos amargo e violento para nossas crianças e adolescentes. Após muitas reflexões e pesquisa sobre o tema, concluímos ser possível atuar de modo mais efetivo sobre tal problemática. Retomando a proposta inicial, a seguir apresentamos algumas propostas de intervenção escolar.

IV)Tipos de violência doméstica:

violência física
violência sexual
violência psicológica
negligência
violência fatal

a) Violência física: Corresponde ao emprego de força física no processo disciplinador de uma criança ou adolescente por parte de seus pais ou responsáveis. A literatura é muito controvertida em termos de quais atos podem ser considerados violentos, desde a simples palmada no bumbum até agressões com armas brancas e de fogo, com instrumentos (pau, barra de ferro, taco de bilhar, tamancos etc...) e imposição de queimaduras, socos, pontapés. Cada pesquisador tem incluído, em seus estudos, os métodos que considera violentos no processo educacional pais-filhos. Contudo, ponderações científicas recentes alertam que a violência deve se relacionar a qualquer ato disciplinar que atinja o corpo de uma criança ou de um adolescente. Prova desta tendência é o surgimento de legislações que proíbem o emprego de punição corporal em todas as suas modalidades na relação pais-filhos.

b) Violência sexual: Configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade: estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. Ressalta-se que em ocorrências deste tipo a criança é sempre vítima e não poderá ser transformada em ré. A intenção do processo de violência sexual é sempre o prazer (direto ou indireto) do adulto, sendo o mecanismo que possibilita a participação da criança é a coerção exercida pelo adulto. Este tipo de coerção tem raízes no padrão adulto excêntrico de relações adulto-criança vigente em nossa sociedade. A violência sexual doméstica é uma forma de erosão da infância.

c) Violência psicológica: Também designada como “tortura psicológica”, ocorre quando o adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. Ameaças de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, representando formas de sofrimento psicológico. A vitimização psicológica pode assumir duas formas básicas: a de negligência afetiva e a de rejeição afetiva. A negligência afetiva consiste numa falta de responsabilidade, de calor humano, de interesse para com as necessidades e manifestações da criança. A rejeição afetiva caracteriza-se por manifestações de depreciação e agressividade para com a criança.

d) Negligência: Consiste numa omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais ou responsáveis falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos, de prover educação e cuidados adequados (quando tais falhas não resultam de condições de vida além do seu controle). A negligência pode apresentar-se severa ou moderada. Nas residências em que os pais negligenciam severamente os filhos observa-se, de modo geral, que os alimentos nunca são providenciados, não há rotina na habitação, e para as crianças não há roupas limpas, o ambiente físico é muito sujo com lixo espalhado por todos os lados, e as crianças são muitas vezes deixadas a sós por diversos dias. A literatura registra entre esses pais um consumo elevado de drogas, de álcool, ou por vezes, uma presença significativa de desordens severas de personalidade.

e) Violência doméstica fatal: É a praticada em família contra crianças ou adolescentes, cuja conseqüência acaba sendo a morte destes. Tem sido denominada impropriamente de infanticídio (quando a vítima é um bebê em suas primeiras horas de vida); assassinato infantil (homicídio de crianças no lar ou fora dele); ou filicídio (morte dos filhos praticada por pais consanguíneos ou por afinidade). A impropriedade desses termos ocorrem pelo fato de serem:

- Parciais, não cobrindo todo o espectro de vítimas e/ou agressores;
- Genéricos, misturando sob uma mesma rubrica mortes ocorridas dentro e fora da família, ou ainda, conceituações médicas com outras de caráter legal;
- Camuflar dores da violência subjacentes a ações ou omissões fatais praticadas em família.

V) Como agir perante a suspeita?

Qualquer cidadão pode fazer uma denúncia ao suspeitar de maus tratos infantis; contudo, há pessoas que são obrigadas a fazê-lo legalmente. Note que a violência contra crianças e adolescentes consiste em ato punido por lei. Comunica-la às autoridades é um direito do cidadão comum e uma obrigação para os funcionários públicos em geral, professores, educadores, médicos, enfermeiras, e assistentes sociais, dada as características de seus trabalhos. O descumprimento desta norma implica em delito sujeito às penalidades estabelecidas no Código Penal.

Denunciar é solicitar ajuda para proteger a criança ou adolescente vitimizado. Note que o denunciante não tem que provar a existência da violência. Também não precisa dizer quando ou como ocorreu o fato. Porém é importante se fundamentar em algum sinal ou conduta que possa justificar a denúncia, a fim de evitar-se transtornos e constrangimentos desnecessários aos possíveis envolvidos. Não cabe ao denunciante fazer a investigação. Após a denúncia, é dever da justiça executar os procedimentos necessários para a averiguação. Com menor frequência, ocorre situações em que a própria vítima faz a denúncia. Ressalta-se que qualquer pessoa que tenha conhecimento ou suspeita do fato pode comunicar às autoridades competentes. Comunicar a violência ou sua suspeita é um ato de colaboração para que se faça justiça, ou melhor, é o modo de se efetivar um direito. Exemplificando: nos casos em que o delito foi cometido por um dos pais ou responsável, a denúncia pode ser feita por um parente, ou por alguma pessoa que tenha conhecimento do episódio.

VI) O papel da escola na tarefa da prevenção

A escola tem um importante papel nas questões referentes à violência infanto-juvenil, pois pode *intervir antes* e *depois* de ocorrido o maltrato. Em termos de atitudes preventivas, pode realizar projetos envolvendo ações primárias dirigidas aos pais e alunos objetivando evitar o maltrato, promovendo e difundindo valores e condutas que contraponham-se à cultura da violência. Além disso, também é importante procurar criar espaços para a reflexão entre os docentes sobre suas próprias idéias e ações relacionadas ao maltrato infantil que permitam descobrir e superar estereótipos e atitudes rígidas sobre esta temática. Posteriormente apresentaremos algumas formas de trabalho em conjunto envolvendo a escola, as crianças e seus familiares.

Considerando situações em que a violência já ocorreu, é fundamental que o docente esteja capacitado para *identificar* os casos de maltrato, e *abordar* esta problemática avaliando qual o melhor procedimento.

Conforme mencionado anteriormente, segue algumas linhas de trabalho que a escola pode desenvolver com os alunos e suas famílias:

- Realizar tarefas de sensibilização e capacitação sobre as necessidades evolutivas das crianças.
- Realizar oficinas para refletir com os pais sobre os mecanismos de controle e resolução de conflitos em educação infantil.
- Desenvolver ações de difusão e sensibilização entre as crianças, as famílias e a comunidade sobre os direitos especiais que assistem à infância.
- Sensibilizar a comunidade em geral, e particularmente os pais e mães, sobre as conseqüências associadas ao castigo físico e proporcionar pautas de educação positivas.
- Articular com o currículo, atividades dirigidas a revisar criticamente o sentido da violência, da discriminação e os modelos estereotipados sobre a educação das crianças.

- Estimular de várias formas a confiança e a autoestima das crianças.
- Para desenvolver com êxito a função preventiva, a escola como instituição deve ser capaz de rever suas próprias atitudes frente o controle das condutas das crianças e adolescentes.
- Oferecer aos alunos o espaço e a oportunidade para experimentarem formas não violentas de resolução de conflitos. As assembléias, os conselhos de classe e todas as formas que estimulem a participação democrática na vida escolar pode ser um bom recurso.
- Campanhas de divulgação e educação para todos aqueles que trabalham com crianças e suas famílias, explicando a forte relação entre alcoolismo e maltrato infantil.
- Cursos de capacitação interdisciplinar, entre os técnicos e profissionais que podem reconhecer e assessorar sobre as melhores alternativas para sua abordagem.

VI) Sinais de maltratos

Em algum momento de sua carreira, muitos professores experientes já estiveram em contato com crianças que sofreram algum tipo de maltrato infantil. Os danos que o maltrato produz nem sempre são iguais, pois dependerá da frequência, da severidade, das características sociais da criança, entre outros fatores. Identificar a existência de uma ameaça real frente à criança não é uma tarefa simples. Nem sempre a violência deixa lesões físicas facilmente visíveis; porém sempre deixa marcas “nas condutas” o que nos dão indícios para suspeitar que uma criança está sofrendo maus tratos.

Sinais para suspeitar:

A criança :

- Demonstra repentinas alterações de comportamento ou em seu rendimento habitual.
- Existência de problemas físicos e médicos que não recebem a devida atenção por parte dos pais.
- Apresentam problemas de aprendizagem que não podem ser atribuídos a causas físicas ou neurológicas.
- Sempre estão à espera de que algo de mal lhes ocorra.
- Evidencia-se a falta de cuidados dos adultos.
- Pode apresentar comportamento hiperativo, ou ao contrário, ser excessivamente responsável.
- Chega muito cedo ao colégio e vai embora muito tarde, ou não que voltar para sua casa.
- Falta freqüentemente à escola.

A família :

- Dão sinais de que não se preocupam com o filho. Raramente respondem ao chamado da escola ou aos recados enviados pelo caderno.
- Negam que a criança tenha problemas tanto na escola, quanto em casa; ou pelo contrário, condenam a criança por seu comportamento.
- Por sua própria vontade autorizam a professora a agir com rigor, incluindo algum castigo físico como beliscões, tapas, ou puxão de orelha quando seu filho se comportar mal.
- Questionam sobre tudo o que a criança faz na escola, mantendo uma atitude de zombaria frente as atividades mencionadas, ou então, falam mau da criança à professora.
- Demandam de seu filho um nível de perfeição acadêmica ou um rendimento físico inalcançáveis para a criança.

Entre os pais e a criança:

- Raramente trocam olhares ou têm contato físico com outras pessoas.
- Consideram que a relação com seu filho é totalmente negativa.
- Demonstram um alto nível de insatisfação em geral.
- Mantêm atitude recíproca de permanente tensão.

Sinais de abuso físico

Considere a possibilidade de maltrato físico na criança quando estão presentes:

- Queimaduras, mordidas, fraturas, olhos manchados (roxos), ou dores na criança que aparecem bruscamente e não têm uma explicação convincente.
- Hematomas ou outras marcas evidentes após ter faltado à escola.
- Parece ter medo de seus pais e protesta quando é hora de deixar o colégio para retornar para a casa.
- Teme a aproximação e o contato com outros adultos.
- Nos dizem que apanham em casa.

Considere a possibilidade de abuso físico quando os pais ou responsáveis:

- Ante uma lesão ou traumatismo evidente na criança, não apresentam uma explicação convincente ou se irritam com a pergunta sobre o ocorrido.
- Frequentemente se referem a seu filho como "um demônio" ou de alguma outra maneira depreciativa.
- É freqüente verificarmos que tratam a criança com disciplina física muito rígida.
- Seus pais têm antecedentes de haverem sido crianças maltratadas ou abandonadas.
- Há antecedentes de *a mãe haver sido espancada*.

Sinais de negligência

Considere a possibilidade de negligencia ou abandono quando a criança:

- Faltar freqüentemente à escola.
- Pegam ou roubam dinheiro ou outros objetos dos colegas de classe.
- Têm sérios problemas dentais ou visuais e não recebem o tratamento devido.
- Habitualmente comparecem à escola sujos ou com roupa inapropriada para a estação sem que a condição sócio-econômica dos pais sejam de extrema pobreza.
- Há antecedentes de alcoolismo ou consumo de drogas pela criança ou pela família.
- A criança freqüentemente comenta que fica sozinha em casa, ou sob os cuidados de outro menor.

Considere a possibilidade de negligencia ou abandono quando seus pais ou responsáveis :

- Se mostram indiferentes ao que os docentes dizem da criança.
- Seu comportamento em relação à criança ou à instituição é "bruto".

- Sofrem de alcoolismo ou de outra dependência.
- Têm uma situação sócio-econômica que não explicam o descuido em relação à higiene, o uso de vestimenta inadequada para a estação, e a impossibilidade de solução de alguns problemas de saúde que a criança apresenta.

Sinais de abuso Sexual

É necessário salientar que a gravidade da afetação ou impacto sobre a criança depende de vários fatores como quem realizou o abuso; a cronicidade do ato; a utilização de força; a personalidade da criança abusada; sua idade, sexo etc... É por isso que a criança abusada pode ter uma série distinta de comportamentos/reações.

Considerando o que foi dito anteriormente, atente para a possibilidade de abuso sexual quando a criança:

- Tem dificuldade para sentar-se ou caminhar.
- Repentinamente não quer fazer atividades físicas (exercícios).
- Revela comportamentos ou conhecimentos sexuais “atípicos” ou muito “sofisticados” para a idade.
- Têm ou simulam ter atividades sexuais com outros colegas menores ou da mesma idade.
- Gravidez ou contaminação por doenças sexualmente transmissíveis antes dos 14 anos.
- Há antecedentes de já ter fugido de casa.
- Diz que foi vítima de abuso sexual por parte dos pais ou da pessoa responsável por seus cuidados.

Considere a possibilidade de abuso sexual quando os pais ou responsáveis:

- São extremamente “protetores”, numa atitude de segregar a criança e impedi-la de pedir/receber ajuda.
- Limitam ao extremo o contato de seu filho com outras crianças, em especial se são do sexo oposto.

Nenhum destes sinais por si só demonstram ou provam que o maltrato físico está presente na casa da criança. Alguns destes sinais podem ocorrer em determinado momento na criança ou família. Quando eles aparecem de forma maciça ou combinados entre si, é necessário que o professor considere que a criança pode estar sofrendo algum tipo de maltrato. Neste caso, é aconselhável tentar uma aproximação mais íntima com ela para verificar sua situação.

Sinais de maltrato emocional

Considere a possibilidade de maltrato emocional quando a criança:

- Revela comportamentos extremos, algumas vezes conduta que requer chamar a atenção e em outra uma passividade exacerbada.
- Assume atitudes de “adulto”, como por exemplo cuidar de outras crianças. Em outros casos podem manifestar condutas que são demasiadamente infantis para sua idade.
- Mostram um desenvolvimento físico ou emocional em atraso.
- Histórico com tentativas de suicídio.

Considere a possibilidade de maltrato emocional quando seus pais ou tutores :

- Constantemente menosprezam, ou culpam a criança.
- Não se importam com o que lhes dizem o professor acerca da criança, ou se negam a receber a ajuda oferecida para superar os problemas da criança no colégio.
- Repelem a criança de forma clara.

VII) Colocando o projeto em prática...

Até o presente momento, foram abordados os aspectos teóricos referentes à questão da “violência doméstica”. Apesar da complexidade do tema, e do vasto material produzido sobre o assunto, procurei selecionar alguns itens que considero relevantes, e que atendem ao objetivo que este trabalho se propõe. Trata-se de algo fundamental, pois representa o pré-requisito para a concretização da Oficina com os educadores, conforme idealizado no projeto “Escola Convido”. Concluída esta etapa, nas linhas seguintes, pretendo focar o processo de construção e avaliação da Oficina propriamente dita. Os materiais e metodologias serão apresentados de forma didática, pretendendo permitir ao leitor acompanhar o processo e compreender os objetivos de cada atividade. Em seguida, o trabalho será concluído após a avaliação da experiência e algumas considerações finais.

VIII) Planejamento da Oficina

8:00 - Apresentação/Dinâmica do relógio

Cada pessoa receberá um crachá para escrever o nome e o local em que trabalha. Nesta dinâmica, as pessoas serão convidadas a dizerem o nome, e a responderem à seguinte questão: “Se eu fosse um relógio eu seria...”

Objetivos da atividade:

- Promover maior familiaridade entre os participantes. A técnica permite que as pessoas falem um pouco sobre as próprias características de maneira indireta, o que tende a favorecer pessoas tímidas ou que tenham dificuldades com uma abordagem mais direta. Pode ser utilizada durante os momentos iniciais de um grupo.

8:30 - Construção de um painel coletivo, contendo as expectativas do grupo.

Cada participante receberá um cartão em branco e uma caneta, e deverá explicitar os anseios e desejos em relação à Oficina. Posteriormente, cada cartão será colado num painel pelo próprio indivíduo.

Objetivos da atividade:

- Permitir que as pessoas comecem a refletir sobre o tipo de aprendizagem que poderá ser construída com o decorrer do processo. Note que no final, haverá importante material produzido conjuntamente, cuja função pedagógica será fundamental para que todos visualizem o que o grupo pretende trabalhar e quais as principais necessidades presentes. Deste modo, será possível que as discussões seguintes entre os participantes contemplem estes aspectos por eles mencionados.

9:50 - Café.

Haverá uma mesa contendo água, café e bolachas.

Objetivos:

- Descanso. Permitir melhor acolhimento aos convidados, e que eles se sintam bem.

10:10 - Breve discussão sobre as experiências do grupo sobre violência doméstica. As pessoas deverão, espontaneamente, comentar situações surgidas durante o exercício profissional.

Objetivos:

- Valorizar a experiência prévia do grupo. Promover um “aquecimento” antes da abordagem teórica. Motivar as pessoas para a palestra.

10:30 - Palestra

Objetivos: Apresentar alguns conceitos teóricos, que instrumentalizem melhor os profissionais para atuarem de modo mais efetivo no combate à violência doméstica.

Permitir que tenham acesso às informações selecionadas. Neste caso, além da apresentação oral, também serão colados cartazes nas paredes. Deste modo, durante os intervalos as pessoas poderão circular pelo salão e ler mais sobre o assunto, além de trocarem impressões ou esclarecerem dúvidas. Os participantes terão oportunidade de manusearem um exemplar do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e conhecerem alguns direitos fundamentais.

12:00 - Almoço

13:00 - Trabalho em subgrupos grupos.

As pessoas serão convidadas a se organizarem em três subgrupos. Cada um deles deverá escolher um representante, que irá sortear um envelope. Cada envelope irá conter um tipo de material e questão a ser discutida.

Objetivos: Estimular os participantes a refletirem sobre a violência presente nos contos de fadas; cantigas de ninar ou no próprio cotidiano. Favorecer a produção de conhecimento mediante trocas interpessoais e embate de idéias.

13:45 - Apresentação das experiências construídas na atividade anterior.

Objetivos: Permitir que todo o grupo se aproprie das discussões realizadas na atividade anterior. Ampliar as reflexões.

14: 30- Café

14:40 - Debate: “Que ações podem ser desenvolvidas em meu ambiente de trabalho, visando intervir nos casos de violência doméstica?” Considerar também a questão preventiva.

Objetivos: Tentar retomar as expectativas do painel. Convidar os participantes a refletirem sobre a própria prática pedagógicas no espaço escolar, atrelada ao tema discutido.

Motivar para que atuem de modo mais efetivo em relação à temática, adotando postura ativa perante o problema. Estimular a autonomia das pessoas para a resolução de problemas, a qual poderá ser estendida no próprio ambiente de trabalho e de forma coletiva: como envolver outros atores?

15:40 - Avaliação da Oficina (sugestões e conclusão)

Objetivos: Avaliar o processo e efetuar melhoras para o próximo grupo.

IX) Sobre os preparativos...

Foi necessário providenciar um local adequado para abrigar os participantes. Este deveria oferecer as condições físicas necessária às características do trabalho a ser realizado (conforme já discutido durante o planejamento). Foi escolhido um salão cedido por uma igreja da própria comunidade. O local é de fácil acesso, e conhecido pelas pessoas com quem conversei nas escolas. Para isto, foi preciso que a coordenadora do Centro de Saúde enviasse um ofício ao responsável pelo salão, solicitando a liberação do espaço para a realização da atividade.

Nesta primeira experiência, optei por trabalhar com um grupo de no máximo doze pessoas. Estas deveriam necessariamente atuar nas instituições educacionais convidadas para participar do projeto. Decidi convidar uma escola de educação infantil e outra do ensino médio. Fui pessoalmente às duas instituições, onde apresentei a proposta, explicando meus objetivos e a importância de que houvesse participação. Furneci material por escrito, visando motivar os profissionais e apresentar de forma sintética e clara os principais objetivos da Oficina. Também entreguei um questionário para cada possível participante (6 para cada instituição), visando colher material que permitiria traçar algumas características sobre o perfil do grupo na análise final. A Oficina iria ocorrer no dia 03/06/2003, no salão do Pq. Valença, situado à Rua Alderico Alvite, nº 123.

X) É dia de Oficina!

Cheguei ao local com uma hora de antecedência para preparar o ambiente. Organizei a sala dispondo as cadeiras em círculo, para a dinâmica inicial. Colei as cartolinas com as informações teóricas. Espalhei objetos referentes aos maus tratos: chinelos; cinto; varinha; cordão de ferro e um pouco de milho.

Arrumei a mesa para o café.

Colei um cartaz de boas vindas aos participantes, logo na entrada do portão do salão.

Utilizei o restante do tempo para conferir os materiais:

- Crachás;

participaram de um projeto contra a violência doméstica. Talvez o problema não estivesse comigo (minha falha, meu fracasso...). Qual a significação dessa ausência considerando o contexto mais amplo? Evidentemente não pretendo responder a esta questão no presente trabalho. Porém, ressalto que o questionamento anterior pode tornar-se um “problema de pesquisa” de meu futuro mestrado.

Há inegavelmente acentuada dificuldade de acesso a determinadas escolas. Quando propus um trabalho de parceria entre Escola e Educação, não sabia as dificuldades que viria a enfrentar. Isto porque parceria pressupõe vínculo de cooperação visando um objetivo comum. Percebi que este vínculo ainda não existe na região em que trabalho. As Escolas tendem a encaminhar pacientes ao Centro de Saúde e esperam que os alunos sejam tratados. Não há vínculo cooperativo; há vínculo meramente assistencial. Note que raras são as escolas que solicitam projetos de intervenção para combater os problemas que prejudicam os alunos que elas mesmas encaminham. Ou seja, há pouco comprometimento. Nas práticas pedagógicas atuais, identificamos acentuada preocupação com aspectos teóricos, referentes ao currículo. Porém, a escola é pouco atuante enquanto organismo social ao tratar de questões referentes à cidadania, saúde pública, direitos humanos etc... Tem sido omissa no que concerne aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Sinto que há muito por ser trabalhado em prol dessa escola menos “bur(r)ocrática” e mais comprometida com as questões sociais de fato. Há que se melhorar a qualidade do vínculo entre educação e saúde, posto que a cisão entre elas não se justifica. Conforme mencionei no início do trabalho, a escola é uma instituição privilegiada por abrigar crianças e adolescentes. Privilegiada em função do potencial de intervenção, mediante projetos que certamente podem abranger um grande número de participantes (estendendo-se até a família). É lamentável que este potencial não esteja sendo utilizado. Muitos prejuízos poderão ser irremediáveis. Note que historicamente, a infância sempre foi pouco valorizada. São recentes os direitos conquistados pelas crianças e adolescentes a uma vida mais digna. Sinto que será preciso tempo para que a sociedade se aproprie destas conquistas, fazendo valer estes direitos na prática (e não meramente no papel, tal qual vem ocorrendo atualmente de um modo geral). É dever de cada um, contribuir para que crianças (e adolescentes) não sejam espancadas, negligenciadas, torturadas psicologicamente, vítimas de abuso sexual etc... É um direito das crianças (e dos adolescentes) serem protegidas contra isto. A atitude de cada um frente a este problema é uma escolha.

XII) Conclusão

O trabalho de conclusão de curso representa um importante marco na passagem da vida acadêmica para a vida profissional do formando. Todo o processo de elaboração, desde a escolha do tema até a experiência prática, tende a ser permeado por importantes consolidações envolvendo aspectos técnicos e emocionais. Deste modo, há mobilização de todo o aparato mental referente às teorias e disciplinas estudadas durante o curso, paralelamente à composição progressiva da nova identidade profissional.

Uma das coisas que sempre me incomodou na graduação, foi a sensação de estar fazendo um curso fragmentado (não linear). As disciplinas e os respectivos departamentos, não mantinham um elo de ligação entre si. Tudo parecia “muito solto”. Isto

gerava muita insegurança em relação à minha formação profissional. Eu também me sentia com diversos conhecimentos “soltos”, incapaz de lecionar, atuar em empresas ou mesmo na direção de uma escola. Na verdade eu fazia o curso, mas não sentia que ele estava me formando para exercer alguma atividade profissional; não me identificava como pedagoga. Parecia um curso de conhecimentos gerais referentes à educação.

Graças ao trabalho de conclusão de curso, percebi que estava enganada. Muitas coisas foram acontecendo durante os anos que frequentei a Universidade. Porém, elas permaneciam em estado latente. Este trabalho representou um momento de integração, onde pude finalmente “alinhar” os conhecimentos teóricos estudados e finalmente me identificar com a profissão de pedagoga. Durante o processo de elaboração e análise do TCC, progressivamente fui tendo importantes insights, que me permitiram concluir o curso com satisfação e segurança. Para confeccioná-lo, foi necessário recorrer à Psicologia, História, Didática, Metodologia Científica, Sociologia etc... Conhecimentos que pareciam fragmentados, foram se complementando harmoniosamente originando um corpo coeso de vários saberes (capaz de conter contradições).

Nesta análise final, percebo que estava enganada em relação ao curso. Ele oferece sim formação adequada e capaz de permitir um exercício profissional de qualidade e comprometido com as questões sociais. Ser pedagoga, é mais do que saber sobre educação. É desbravar caminhos ignorados em busca da construção de uma sociedade mais justa e mais humana. É suportar as quedas, lidar com angústias e retirar as pedras do caminho.

XIII) Bibliografia

Assembléia Legislativa. Violência doméstica. Porto Alegre: Comissão Cidadania e Direitos Humanos, 1999.

CÉLIA, S.A.H. et al. A criança maltratada e negligenciada. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

ISAACS, A. Saúde Mental e enfermagem psiquiátrica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

KAPLAN, H.I. et al. Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. Cap. 29, p.738-746: Problemas relacionados a abuso ou negligência.

SILVA, A. A violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

VANRELL, J.P. Maus tratos na infância. Revista Eletrônica Cérebro e Mente, nov. 1997. 14 jun. 1999. <http://www.pericias-forenses.com.br>

Qué es el maltrato infantil? Ministerio de Cultura de la Nación. <http://www.mcyg.gov.ar>



ANEXOS

Estatuto da Criança e do Adolescente

Direitos fundamentais:

- Direito à vida e à saúde
- Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade
- Direito à convivência familiar e comunitária
- Direito à Educação, Cultura, Esporte e Lazer
- Direito à profissionalização e proteção no trabalho

Violência Doméstica

	<ul style="list-style-type: none">- Suspeito que um aluno possa estar com sérios problemas em casa...- Gostaria de ajudar, mas tenho medo.- O que eu faço agora?
	<p>Já sei! Vou me inscrever na oficina do projeto “<u>Escola Convido</u>”. Isto significa a <u>Escola Contra a Violência Doméstica</u>. Todos os profissionais que lidam com educação podem participar. Vou me informar sobre a inscrição na diretoria..</p>

PLANEJAMENTO DA OFICINA

8:00 - Apresentação/Dinâmica do relógio.

8:30 - Construção de um painel coletivo, contendo as expectativas do grupo.

9:50 - Café.

10:10 - Breve discussão sobre as experiências do grupo sobre violência doméstica. As pessoas deverão, espontaneamente, comentar situações surgidas durante o exercício profissional.

10:30 - Palestra (conceitos teóricos)

12:00 - Almoço

13:00 - Trabalho em sub grupos (A violência doméstica presente nos contos de fadas; cantigas de ninar e um exemplo prático do cotidiano).

13:45 - Apresentação das experiências construídas na atividade anterior.

14:30 - Café

14:40 - Debate: “Que ações podem ser desenvolvidas em meu ambiente de trabalho, visando intervir nos casos de violência doméstica“? Considerar também a questão preventiva.

15:40 - Avaliação da Oficina (sugestões e conclusão).

OFICINA - PROJETO “ESCOLA CONVIDO”

(A escola contra a Violência Doméstica)

Objetivos:

- Promover o levantamento entre os educadores acerca do interesse sobre o tema (questionário entregue previamente aos participantes);
- Orientar, treinar e capacitar os educadores participantes para que possam intervir adequadamente nos casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes (enfocando principalmente o caráter preventivo em sua prática profissional);
- Orientar sobre como “identificar” a vítima e com ela lidar;
- Esclarecer sobre os equipamentos existentes na Rede Municipal, que atendem este tipo de população;
- Sensibilizar a comunidade frente ao tema, utilizando a escola como mediadora;

Obs: A oficina pretende focar a violência em suas várias formas de manifestação, a saber:

- Violência física
- Violência sexual
- Violência psicológica
- Negligência
- Violência fatal

Participe! Sua presença é muito importante.

Inscrições: serão oferecidas 6 vagas por instituição de ensino. Os participantes deverão levar o questionário preenchido no dia do encontro. Está previsto que a oficina ocorra em um único dia, das 8:00 às 17:00hs.

QUESTIONÁRIO

1) IDADE: _____

2) SEXO: MASCULINO () FEMININO ()

3) INSTITUIÇÃO DE ENSINO EM QUE TRABALHA?

() MUNICIPAL () ESTADUAL

4) TIPO DE ENSINO? INFANTIL () FUNDAMENTAL () MÉDIO ()

5) VOCÊ CONHECE (JÁ LEU) O ECA -ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- ?

() SIM () NÃO

6) VOCÊ JÁ DESCONFIOU QUE ALGUM DE SEUS ALUNOS PODERIA ESTAR SENDO VÍTIMA DE MAUS TRATOS EM CASA? EM CASO AFIRMATIVO, QUAL FOI SUA REAÇÃO?

7) DURANTE SEU EXERCÍCIO PROFISSIONAL, VOCÊ JÁ RECEBEU ALGUM TIPO DE ORIENTAÇÃO SOBRE ESTE ASSUNTO? () SIM () NÃO

8) VOCÊ TEM INTERESSE EM CONHECER MAIS SOBRE O ECA, E EM RECEBER ORIENTAÇÃO SOBRE COMO IDENTIFICAR E PROCEDER NOS CASOS SUSPEITOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES?

() SIM () NÃO

9) SUGESTÕES:

PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES COM OS PROFESSORES: “OFICINAS”

- Inicialmente será feito um levantamento do interesse dos professores acerca do tema (escola estadual de ensino fundamental e/ou de educação infantil). Obs: o questionário segue em anexo.

- Selecionada a escola, terá início as oficinas do projeto “Escola Convido”, visando:
 - a) Sensibilizar os docentes sobre a temática que será apresentada;
 - b) Abordar os conteúdos teóricos desenvolvidos no corpo do presente trabalho, objetivando instrumentalizar estes profissionais para atuarem enquanto agentes multiplicadores na região em que lecionam.

- Metodologia: os trabalhos deverão ser feitos em grupos. Os educadores serão estimulados a compartilharem reflexões e dúvidas, havendo valorização da experiência prévia construída durante os anos de profissão. Note portanto, que o projeto não é restrito aos professores, mas visa abranger a maior parte dos funcionários que lidam com crianças e adolescentes na instituição de ensino.

- Materiais de apoio: canções de ninar; conto infantil; relato de caso; objetos utilizados para castigo (vara; chinelo; cinto; fio de ferro; cabo de vassoura etc...). (vide anexo)

- O trabalho deverá ser avaliado conjuntamente, sendo que todos terão oportunidade de darem sugestões.

“CANTIGAS DE NINAAAAR....”

“Boi, boi, boi...
Boi da cara preta,
Pega essa menina
que tem medo de careta...”

“Nana nenê,
que a *Cuca* vem pegar.
Mamãe foi na roça,
Papai no cafezal”.

Que reflexões estas e outras cantigas infantis similares suscitaram no grupo? É possível estabelecer relações com o tema “Violência Doméstica”? Quais?

“JOÃO E MARIA” (Quais os tipos de violência doméstica contidas na estória?)

Numa casa, perto de uma grande floresta, vivia um pobre lenhador. Ele tinha dois filhos chamados João e Maria.

Certa ocasião uma grande crise veio sobre o país e a situação do lenhador ficou muito ruim. Não conseguia arrumar alimento para os filhos e com isso já não dormia à noite. A madrasta sugeriu então que os filhos fossem levados para o interior da floresta, onde seriam abandonados. O pai não gostou muito da idéia, mas acabou concordando. Lá se foram eles para a floresta. João, que tinha escutado a conversa, juntou pedrinhas de cascalho que foi jogando pelo caminho para que pudesse saber o caminho de volta. No meio da floresta o pai acendeu uma fogueira para aquecer os meninos. O pai disse que iria cortar lenha na floresta, mas voltou com a madrasta para casa. Como o país e a madrasta não chegavam, João e Maria resolveram voltar para a casa. Eles seguiram o caminho das pedras. Quando chegaram a casa, o pai se alegrou muito, a madrasta porém, não gostou do retorno deles.

Algum tempo mais tarde, a miséria assolou ainda mais o país. A mulher voltou a se queixar para o marido:

-Não temos comida suficiente, precisamos levar essas crianças para um lugar ainda mais distante.

O pai ficou muito triste, mas acabou sendo convencido pela mulher. João escutou toda a conversa e resolveu pegar as pedrinhas novamente, mas desta vez a madrasta tinha trancado o quarto dos dois.

Na manhã seguinte, foram todos a uma floresta bem distante. Desta vez João foi jogando pedaços de pão para marcar o caminho de volta. As crianças foram abandonadas num lugar bem longe de casa. Quando resolveram voltar, João não mais achou os pedaços de pão que havia jogado. Os passarinhos tinham comido tudo.

Durante três dias e três noites os dois andaram perdidos pela floresta. De repente encontraram uma casinha feita de pão e bolo. Como estavam com muita fome, comeram um pedaço da casa. Enquanto comiam, saiu de dentro da casa uma velha de bengala que os convidou para entrar, fingindo-se de boazinha, mas ela não passava de uma bruxa malvada. Quando entraram na casa, a bruxa prendeu João. Alimentava-o bem para ficar gordo e poder comê-lo depois. João, sabendo qual era a intenção da bruxa, mostrava-lhe sempre um pedaço de osso quando ela vinha examinar o seu dedo. A bruxa não percebia porque era meio cega. Um dia a paciência da bruxa esgotou e ela pediu que Maria acendesse o forno para que pudesse comer João de qualquer jeito. Maria triste lhe obedeceu. Quando a bruxa chegou perto do forno, Maria a empurrou lá para dentro. Os dois agora estavam livres.

João pegou jóias e comida da casa e saíram em busca da casa dos pais. Depois de vários dias de procura acabaram achando a casa. Os pais os receberam com muita alegria. Estavam arrependidos por terem abandonado os dois.

(in: Coleção Contos Clássicos; Ciranda Cultural)

“RELATO DE CASO”

O presente caso chegou no serviço público em 11/05/1998. A mãe compareceu para triagem no Centro de Saúde do Parque Valença, levando o filho F.L.O. de seis anos de idade. Apresentou como queixa manifesta, alterações de comportamento da criança após a separação dos pais (fazia oito meses). Dentre os sintomas apresentados destacavam-se:

- Agitação motora e verbal;
- Dispersão;
- Dificuldades na finalização das atividades;
- Dificuldades no relacionamento com os colegas;
- Agressividade;

A mãe agia de forma ansiosa, e solicitava orientação de forma insistente. Fazia cobranças inviáveis para um tratamento recém iniciado.

A mãe foi encaminhada para orientação, e a criança iniciou as sessões semanais de terapia grupal com a terapeuta ocupacional. Teve dificuldades para adaptar-se ao tratamento. Após algumas sessões de ludo-terapia, foi sugerido que fosse atendido individualmente por um profissional da área de psicologia.

A queixa manifesta foi mantida. A queixa latente refere-se a importantes conflitos na dinâmica familiar. F. ocupava o papel de bode expiatório deste grupo. Nele eram projetados sentimentos de culpa, rejeição e a agressividade.

A mãe, foi encaminhada para sessões de psicoterapia individual com outra psicóloga, pois projetava muitos conteúdos agressivos no filho em função de sua própria infância. Teve uma educação rígida, sendo muito cobrada em relação aos estudos e contou com uma mãe pouco afetiva (segundo os seus relatos).

A mãe compareceu em poucas sessões, e logo abandonou sua terapia. A criança prosseguiu e aos poucos foi melhorando com o decorrer dos atendimentos. Seus progressos podiam ser observados nas sessões. Seus desenhos passaram a ser mais coloridos e elaborados. Passou a concluir as atividades e ficava feliz quando venciam os jogos (ocasião em que contava o ocorrido alegremente para a mãe, representando melhora na auto-estima). Note que no início, o comportamento era oposto. A sala e a caixa lúdica ficavam num estado caótico, representando o sofrimento e o alto grau de desorganização interna por ele experimentados.

Apesar dos progressos, as dificuldades na escola e na família persistiam. Entrevistas posteriores, indicaram um alto grau de rejeição por ele sofrido nestes dois ambientes. Na escola, F. era tratado de forma diferente que os demais alunos. Não fazia as provas, porque segundo a professora ele não era capaz. Ela se queixava de que ele não copiava a lição da lousa, pulava as folhas do caderno e exigia constantemente sua atenção. Era considerado hiperativo. Em casa, sofria rejeição tanto pela mãe quanto pelo padrasto. Segundo a primeira *“Ele é o oposto do que eu sonhei pra ele, antes de nascer. Ele não faz nada que eu gosto. Tenho que chamar a atenção dele o tempo todo”* (sic). Em suma, fazia cobranças e mantinha expectativas irrealísticas acerca do filho, pois correspondiam ao plano idealizado. O padrasto, por sua vez, passou a tratar o enteado com desprezo desde que a filha nasceu. Seus afetos e elogios eram apenas para ela e a esposa. F. foi literalmente excluído. Muitas vezes os três saíam para passear, enquanto F. ficava sozinho em casa. Apesar do fato, ele sempre tentou se aproximar daquele que considera seu pai.

O fato acima citado é da maior importância, pois os progressos obtidos com a criança (na terapia) eram insuficientes para permitir um desenvolvimento saudável. Além da violência psicológica mencionada anteriormente, ele também era vítima da violência física. F. era castigado de diversas formas. Era impedido de brincar com seus brinquedos (que ficavam guardados em cima do

guarda-roupa); às vezes ficava ajoelhado no milho; ou então levava fortes surras de cinta. Certa vez a mãe tentou queimar a mão do filho acendendo a boca do fogão, por ele ter pegado objetos de outras pessoas. Foi impedida pelo marido.

Tais acontecimentos evidenciam a importância de que o terapeuta infantil atente não apenas para a queixa isolada da criança, como também esteja alerta para a patologia ambiental e vincular à qual a mesma se encontra exposta.

Convém salientar, que apesar das dificuldades internas da mãe, ela foi fundamental para o êxito do processo. Sua persistência e solicitação de orientação foram essenciais. Ela estava muito preocupada com o futuro de seu filho. F. não tinha limites em casa. Ficava durante horas na rua, em local por ela desconhecido na companhia de crianças mais velhas e até mesmo adultos. Suscitava de que estivessem envolvidos com o uso de drogas. Percebi tratar-se de um sério caso de criança em situação de risco. Nesta mesma sessão, a mãe através de um desenho e de um texto, expressa sua dor em relação ao filho (sentido como um fardo), bem como faz um comovente pedido de ajuda para reverter a situação.

Posteriormente houve alteração no tipo de atendimento oferecido para o caso. Foi oferecido: uma sessão conjunta com a mãe e a criança; e outra individual com a mãe para orientação. A partir desta mudança, os progressos foram rápidos e profundos. Um desenho e o relato de um sonho realizado pela mãe em uma das sessões evidencia este fato. *“Eu não me lembro direito do sonho. Estava em um lugar estranho. Só sei que no sonho eu morri, e doeí meus olhos para a mulher que iria cuidar do F. No sonho eu via os meus olhos direitinho e reconhecia que eram meus. Eu não lembro do rosto da mulher”* (sic). E realmente, mudou o seu olhar em relação ao filho. Aos poucos, ela foi capaz de realizar adequadamente a função segundo Winnicott da “mãe suficientemente boa”. Brincando com o filho, ela experimentava uma importante troca de papéis, que lhe permitiu experimentar uma atitude empática em relação ao filho. Na brincadeira de escolinha, em que ele era o professor e ela a aluna que não parava quieta e não fazia lição, sentiu que aquilo ocorria por causa de um sofrimento. *“Eu acho que se eu passasse por tudo o que ele passa em casa, também não ia conseguir ir bem na escola”*. Passou a questionar a atitude da professora em relação ao filho. Também aprendeu a transmitir valores para ele através das brincadeiras. Outras vezes, agia como ele, para que ele pudesse aprender o que seu comportamento despertava nas pessoas.

Com o decorrer das sessões, G. solicitou que a irmã também participasse. Com a sua entrada no grupo, o relacionamento entre eles que também era complicado (ciúmes/inveja) pode ser melhor trabalhado.

Ao final do segundo mês, houve uma importante alteração quanto aos papéis familiares. A mãe e as crianças estavam fortemente vinculadas entre si, ao passo que o pai passou a ser o excluído. Antes era F. quem ficava sozinho em casa enquanto os outros passavam. Agora, é o pai, que recusando a companhia de G. depara-se com a solidão, uma vez que elas optam pelo menino, numa atitude solidária.

Atualmente, F. mudou de escola. É considerado um excelente aluno, e com capacidade cognitiva acima da média. Seu caderno está completo e com muitos elogios. A letra é legível e as folhas não são puladas. *Os desenhos estão pintados, e os grifos também são feitos com lápis de cor.* F. deixou de passar horas na rua. A mãe não mais necessita colocar o cadeado. Ele procura sempre estar próximo a ela e ajudá-la nas atividades domésticas. Segundo as palavras maternas: *“Eu consegui tudo o que eu queria com o meu filho”*. Expressa satisfação e contentamento com o ele.

Avaliar

- a) Qual o papel da Escola neste caso? (aspectos positivos e/ou negativos)
- b) Havia necessidade de encaminhar a criança para psicoterapia?
- c) Que medidas a Escola poderia ter adotado para melhor auxiliar este caso? Pensem em outras alternativas de intervenção.

Serviços de Atenção à Criança e Adolescentes oferecidos em Campinas

O município de Campinas, adota uma política de atenção à crianças e adolescentes, que envolve necessariamente a noção de um trabalho em rede. Deste modo, entende que os serviços de saúde, assistência social, educação e cultura devam trabalhar conjuntamente no âmbito das políticas públicas, visando a melhoria da qualidade de vida desta população.

Neste momento, se faz necessário nos atermos ao conceito de REDE. A falta de um entendimento adequado acerca deste termo, poderá ocasionar importantes equívocos na compreensão da proposta atualmente vigente. Trata-se de um conceito que ultrapassa a intersetorialidade, pois deve ser constituída na própria comunidade (local em que as ações serão desenvolvidas). É fundamental que as ações propostas incorporem parcerias com os equipamentos oficiais e os não governamentais.

Além do que já foi exposto acima, o conceito de REDE deve envolver a somatória das relações significativas e diferenciadas para o indivíduo em questão. Isto favorece seu próprio conhecimento em termos da construção de sua identidade e auto-imagem. Logo, não se limita à família nuclear ou extensa, englobando todo o seu conjunto de vínculos interpessoais. Consequentemente, nesta perspectiva participam: família; vizinhança; amigos; escola; e demais inserções comunitárias e práticas sociais.

O trabalho em rede justifica-se pelo fato de ampliar as capacidades de solução de problemas, uma vez que acrescenta outros “olhares” e opiniões sobre uma dada situação. Isto permite que se obtenha um diagnóstico mais eficiente, além de favorecer a maximização da utilização dos recursos e espaços públicos da comunidade. Em outros termos, permite potencializar a capacidade de resolutividade graças à solidariedade incondicional à criança e ao adolescente - sujeitos de direito.

Tendo em vista os pressupostos anteriores, convém salientar que toda a atuação em rede para atendimento de crianças e adolescentes deve ter o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) como pano de fundo. Isto significa que *todos os envolvidos na atenção/promoção da saúde da criança devem conhecer e usar este estatuto*. Neste contexto, o foco será sempre o da *inclusão* da criança e do adolescente, procurando recorrer à melhor utilização possível de todos os recursos públicos e da comunidade.

Muitos destes recursos disponíveis são desconhecidos por grande parte das pessoas que trabalham com esta população. Visando sanar esta lacuna, segue abaixo a listagem de algumas instituições que podem ser muito importantes para a constituição de uma REDE efetiva de apoio para estes jovens.

No que concerne à REDE de atenção à criança e ao adolescente, a prefeitura de Campinas dispõe dos seguintes equipamentos:

MAUS TRATOS: ONDE DENUNCIAR?

- CENTROS DE SAÚDE
- CRAISA
- CEVI
- ESCOLAS
- CRECHES
- EMEIS
- SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- GUARDA MUNICIPAL
- CONSELHO TUTELAR
- DELEGACIA DA MULHER

PRONTO ATENDIMENTO:

- HOSPITAL OURO VERDE
- PRONTO SOCORRO INFANTIL DO HOSPITAL MÁRIO GATTI
- PEDIATRIA DO HC DA UNICAMP

CRAMI:

“Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância”

R: Suzeley Bove, 274. Vl. Brandina

Fone: 32511234

E-MAIL : crami@correionet.com.br

Denuncia: 0800990500

Ofício 21/03

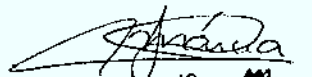
De: CS Valença

Para: Salão Comunitario Guadalupe- A/C Osvaldo

Venho através deste, solicitar o espaço do salão Comunitario Guadalupe para o dia 03/06/2003, das 8 às 17 hs, para realizar uma Oficina com os professores das escolas Ataliba Nogueira e da creche Maria Amelia Massuchi, cujo tema será Violencia Doméstica. A responsável pela oficina é a Psicóloga Lilian do CS Valença.

Coloco-me a disposição para maiores esclarecimentos e agradeço desde já a sua colaboração .

Atenciosamente:



Enf. Marcia Regina Marinho
Coordenadora C. S. Valença
COREN 0087812
Mat. 105.776-8

30/05/03